

# Noticias de Cabo Verde

QUINZENÁRIO REGIONALISTA INDEPENDENTE

PROPRIEDADE DA Sociedade de Tipografia e Publicidade, Lda. ADMINISTRAÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO Avenida GUEDES VAZ	DIRECTOR: <b>MANUEL JOAQUIM MOUTA</b> Com o Curso de Faculdade pela U. de Coimbra	Assinaturas: CABO VERDE . . . . . 11550 PORTUGAL E COLÓNIAS . . . . . 22500 ESTRANGEIRO . . . . . 36500 Pagamento adiantado - Número avulso: 15
--	---	---

CHÉFE DE REDACÇÃO: - RIBEIRO DE ALMEIDA

ESTÁ elaborada uma proposta para a criação de uma escola normal primária, em S. Vicente.

Será uma medida de largo alcance e educativo para o Arquipélago a aprovação de tal instituição ao Liceu Infante D. Henrique, como se constata no aludido projecto.

Oxalá não se demore a discussão do assunto e a sua aprovação, para que a nova instalação seja inaugurada no próximo ano lectivo.

É bem a ocasião de se lembrar do grande poder da elasticidade humana.

Para o ensino de um povo que ambiciona o progresso, como o de Cabo Verde, não se deve regatear a verba necessária.

## Gago Coutinho EM CABO VERDE

Pelas 15 horas do dia 30 de Maio p. findo amarrámos no porto da Praia o hidroavião D. O. X. que horas antes tinha saído da Guiné. Foi um acontecimento notável nos annos desta Colónia. A chegada do gigantesco hidro foi acolhida por centenas de pessoas que se tinham reunido na população da cidade, que em massa compacta, acorreu para o ver.

Pouco depois da amarragem, veio à terra o Sr. Almirante Gago Coutinho, tendo seguido logo para o palácio do Governo, onde o Sr. Governador Capitão Amadeu de Figueiredo e a sua Família o receberam carinhosamente, tendo sido seu hóspede durante os dias que o hidro esteve no porto. O Almirante vinha muito fatigado, com o fado enervado, dizendo não fer mais que a viagem que fazia no corpo por ter sido forçado a abandonar a sua natal e activo caminho do hidro, afim de o iniciar do peso.

A hora que sua Excelência chegou ao palácio, funcionava aí o Conselho do Governo, sob a presidência do Sr. Governador. Este interrompeu a sessão e foi junto com todos os vogais apresentar os seus cumprimentos com essa attenção.

Durante os dias que esteve na Praia, S. Ex.ª foi muito visitado. Como recordação da sua passagem por esta Colónia em circunstâncias tão especiais, fica o seguinte autógrafo que S. Ex.ª a pedido do Sr. Delegado de Santa Catarina, Dr. Claudio Ferreira que expressamente o fôra cumprimentar, deixou escrito no livro de autógrafos que este lhe entregou: *Um português, especialmente das Ilhas de Sotaventuro, torna inevitável o seu aproveitamento como estação da aviação comercial para a America do Sul. Mas não pensemos que o possam ser sem um porto aereo devidamente aparelhado. (1931) Julho 3 (Ass.) Gago Coutinho.*

São linhas de alto valor, concisas, significativas e brilhantes, mostrando como o illustre homem de ciencia comprehendeu de um relance a situação privilegiada das Ilhas de Sotaventuro para um aéroporto.

É de desear que a Colónia procure, pelos meios a seu alcance, effectivar a patriótica suggestão de tão alta competencia em assuntos de aeronautica.

## DIFICULDADES DE TRANSFERENCIA DE FUNDOS

Quando no ano passado estive em Lisboa falei com o então Ministro das Colónias, Senhor Eduardo Marques, a quem expuz as dificuldades por que estava passando o comércio de Cabo Verde no tocante a transferencias para o estrangeiro, ao contrario do que anteriormente succedia, em que havia abundancia de cambiais, e lembrei que as taxas telegráficas que a colónia recebe das Companhias dos cabos submarinos, nos fossem entregues na própria moeda em que o governo a recebe, não havendo em meu entender razão que justifique a intervenção da Metrópole na arrecadação de rendimentos de uma colónia que se diz ter autonomia financeira.

O Senhor Ministro achou bem que assim fosse, mas quiz ouvir o então governador, Senhor Guedes Vaz, tendo estado o mesmo ministro que se tratava de uma especulação do Banco N. Ultramarino, que queria monopolisar essas cambiais!!!... Estranha informação de quem devia conhecer melhor as necessidades da Colónia sob sua administração...

Só não vê o que está a acontecer há muito, que não tem olhos, pois é evidente o seguinte: Actualmente as tres companhias carvoeiras aqui estabelecidas, fornecem ao Banco e ao comércio muito maior importância em cambiais sobre Londres, porque necessitam muito maior importância em escudos para fazer pagamentos ao seu pessoal: fazem mais de 100 milhões de dobra do que entra hoje em cambiais enviadas pelos nossos emigrados na America do Norte, que, devido à crise porque passa aucte Paiz, pouco mandam ás suas famílias de resto, tendo sido prosida a entrada de emigrantes de ano para ano vem decrescendo o numero de caboverdeanos nos Estados Unidos do Brasil e Argentina para onde se desviou a nossa emigração nestes últimos anos, e de onde também vinham cambiais, em vez de vir dinheiro, só tem vindo, por nosso mal, muitos reparados dos nossos homens por não terem trabalho em que se occupem; a Estação Telegráfica Inglesa, que tinha 127 empregados ingleses e 51 portugueses, está hoje reduzida a 22 e 24 respectivamente, resultando que actualmente precisa de cerca de 300000 libras, agora apenas precisa de 4.800 libras, annualmente.

Urge que o actual Senhor Governador tome as necessárias e urgentes providencias para que a colónia receba os seus rendimentos na moeda em que o é effectuado na Metrópole, e, aproveitar a ocasião para pedir ao Governo que nos entregue os 25% que faltam da receita proveniente das taxas de trânsito e terminais dos telegramas. Com muito custo conseguí que o Parlamento votasse para que fosse entregue à colónia 50% desse rendimento, mais tarde, sendo Ministro das Colónias o senhor Baccalar Bebbiano, consignaram mais 25% para Cabo Verde, e, reconhecendo a razão que a administração dos Correios e Telégrafos em Lisboa, está indevidamente a receber um rendimento que lhe não pertence, fácil será conseguir-se os 25%, e que esse rendimento nos seja pago em ouro.

Se tal não for conseguido sem demoras, e já não é sem tempo, accentuar-se-há a diminuição da importação por falta de moeda para pagamento, o crédito comercial da colónia mais se abalará, pela recusa dos fornecedores em venderem para uma terra que não pode pagar, as receitas publicas muito se sentirão, não falando da desorganização que tal estado de coisas origina.

Assunto importante, a que está ligada a vida económica da Provincia, não duvido de que o Senhor Governador, que tanto desejo tem manifestado de fazer um governo á altura do seu caracter e intelligencia, vai pugnar pela sua pronta resolução, corno como é, que só depende da realização do meio suggerido.

Para exemplos - e funestos exemplos - basta-nos Angola e Guiné. Também temos as cambias de exportação do sal, que os exportadores são obrigados a entregar ao Governo da Metrópole. Não faz sentido que estando a Colónia de Cabo Verde a lutar com falta de cambias, a Metrópole venha agravar a situação exigindo que lhe seja entregue 50% em moeda estrangeira das poucas exportações que Cabo Verde faz.

Já há exemplo das casas estrangeiras recusarem mandar mercadorias para cá, porque o Banco recebe as letras que mandam a cobrança, em moeda escudosa e fica aqui depositado para quando apparecerem cambias!!!

Aqui a rei! Ou melhor: *Aqui Senhor Governador de Cabo Verde!!!*

S. Vicente, 17 de Junho de 1931.  
Augusto Vora-Cruz

## Valorização Económica (Continuação)

cia como a necessidade de auxiliar o progresso da Colónia, visto que o desenvolvimento industrial será proporcional ás facilidades na importação das matérias primas que Cabo Verde não produz.

Semelhante orientação, tal critério, vêm corroborar, com factos inludíveis, as palavras promissoras de S. Ex.ª o Governador, proferidas em S. Vicente, quando das suas clareas e categoricas afirmações, respeitantes ao ressurgimento do Arquipélago. Sentimos, por isso, bem intensamente, a urgencia de se fundar n'um bém na Provincia o Banco do Fomento Colonial, como aliás, accentuou as suas vantagens o artigo publicado no *Noticias*, sob o titulo *Ressurgimento Económico*.

Cabo Verde é uma colónia de ordem inalterável, calma injevel e prudencia modular, razão, talvez, por que, na Metrópole, pouco se ouvem os seus clamores e mal se lembram das suas legitimas pretensões. Haja em vista os restes dos 25% que, das taxas telegráficas, que, de justiça, lhe pertence.

Mas não deve ser assim. Importa seguir outro rumo, de equidade e de nobreza.

*Nos quoque gens sumus.* Sim, tambem somos gente, nos gens cordata, pacifica e patriótica: que se orgulha vivamente, com os triunfos da Patria; que se entristece, sinceramente, com os infortúnios do País; que não perturba o ritmo nacional, nos seus movimentos de expansão e de grandezza; que se enterneca, legitimamente, na frondeada árvore de libertação, e celebra os descobrimentos da colónia.

Além disso, para beneficiar o Arquipélago, Portugal não precisa de abalar a segurança das finanças metropolitanas. Basta que nos destine os elementos de vitalidade e de trabalho do sal, que os exportadores são obrigados a entregar ao Governo da Metrópole. Não faz sentido que estando a Colónia de Cabo Verde a lutar com falta de cambias,

esta Colónia venha agravar a situação exigindo que lhe seja entregue 50% em moeda estrangeira das poucas exportações que Cabo Verde faz. Já há exemplo das casas estrangeiras recusarem mandar mercadorias para cá, porque o Banco recebe as letras que mandam a cobrança, em moeda escudosa e fica aqui depositado para quando apparecerem cambias!!!

Urge que o actual Senhor Governador tome as necessárias e urgentes providencias para que a colónia receba os seus rendimentos na moeda em que o é effectuado na Metrópole, e, aproveitar a ocasião para pedir ao Governo que nos entregue os 25% que faltam da receita proveniente das taxas de trânsito e terminais dos telegramas. Com muito custo conseguí que o Parlamento votasse para que fosse entregue à colónia 50% desse rendimento, mais tarde, sendo Ministro das Colónias o senhor Baccalar Bebbiano, consignaram mais 25% para Cabo Verde, e, reconhecendo a razão que a administração dos Correios e Telégrafos em Lisboa, está indevidamente a receber um rendimento que lhe não pertence, fácil será conseguir-se os 25%, e que esse rendimento nos seja pago em ouro.

Se tal não for conseguido sem demoras, e já não é sem tempo, accentuar-se-há a diminuição da importação por falta de moeda para pagamento, o crédito comercial da colónia mais se abalará, pela recusa dos fornecedores em venderem para uma terra que não pode pagar, as receitas publicas muito se sentirão, não falando da desorganização que tal estado de coisas origina.

Assunto importante, a que está ligada a vida económica da Provincia, não duvido de que o Senhor Governador, que tanto desejo tem manifestado de fazer um governo á altura do seu caracter e intelligencia, vai pugnar pela sua pronta resolução, corno como é, que só depende da realização do meio suggerido.

Para exemplos - e funestos exemplos - basta-nos Angola e Guiné. Também temos as cambias de exportação do sal, que os exportadores são obrigados a entregar ao Governo da Metrópole. Não faz sentido que estando a Colónia de Cabo Verde a lutar com falta de cambias,

esta Colónia venha agravar a situação exigindo que lhe seja entregue 50% em moeda estrangeira das poucas exportações que Cabo Verde faz. Já há exemplo das casas estrangeiras recusarem mandar mercadorias para cá, porque o Banco recebe as letras que mandam a cobrança, em moeda escudosa e fica aqui depositado para quando apparecerem cambias!!!

Urge que o actual Senhor Governador tome as necessárias e urgentes providencias para que a colónia receba os seus rendimentos na moeda em que o é effectuado na Metrópole, e, aproveitar a ocasião para pedir ao Governo que nos entregue os 25% que faltam da receita proveniente das taxas de trânsito e terminais dos telegramas. Com muito custo conseguí que o Parlamento votasse para que fosse entregue à colónia 50% desse rendimento, mais tarde, sendo Ministro das Colónias o senhor Baccalar Bebbiano, consignaram mais 25% para Cabo Verde, e, reconhecendo a razão que a administração dos Correios e Telégrafos em Lisboa, está indevidamente a receber um rendimento que lhe não pertence, fácil será conseguir-se os 25%, e que esse rendimento nos seja pago em ouro.

Se tal não for conseguido sem demoras, e já não é sem tempo, accentuar-se-há a diminuição da importação por falta de moeda para pagamento, o crédito comercial da colónia mais se abalará, pela recusa dos fornecedores em venderem para uma terra que não pode pagar, as receitas publicas muito se sentirão, não falando da desorganização que tal estado de coisas origina.

## Valorização Económica (Continuação)

cia como a necessidade de auxiliar o progresso da Colónia, visto que o desenvolvimento industrial será proporcional ás facilidades na importação das matérias primas que Cabo Verde não produz.

Semelhante orientação, tal critério, vêm corroborar, com factos inludíveis, as palavras promissoras de S. Ex.ª o Governador, proferidas em S. Vicente, quando das suas clareas e categoricas afirmações, respeitantes ao ressurgimento do Arquipélago. Sentimos, por isso, bem intensamente, a urgencia de se fundar n'um bém na Provincia o Banco do Fomento Colonial, como aliás, accentuou as suas vantagens o artigo publicado no *Noticias*, sob o titulo *Ressurgimento Económico*.

Cabo Verde é uma colónia de ordem inalterável, calma injevel e prudencia modular, razão, talvez, por que, na Metrópole, pouco se ouvem os seus clamores e mal se lembram das suas legitimas pretensões. Haja em vista os restes dos 25% que, das taxas telegráficas, que, de justiça, lhe pertence.

Mas não deve ser assim. Importa seguir outro rumo, de equidade e de nobreza.

*Nos quoque gens sumus.* Sim, tambem somos gente, nos gens cordata, pacifica e patriótica: que se orgulha vivamente, com os triunfos da Patria; que se entristece, sinceramente, com os infortúnios do País; que não perturba o ritmo nacional, nos seus movimentos de expansão e de grandezza; que se enterneca, legitimamente, na frondeada árvore de libertação, e celebra os descobrimentos da colónia.

Além disso, para beneficiar o Arquipélago, Portugal não precisa de abalar a segurança das finanças metropolitanas. Basta que nos destine os elementos de vitalidade e de trabalho do sal, que os exportadores são obrigados a entregar ao Governo da Metrópole. Não faz sentido que estando a Colónia de Cabo Verde a lutar com falta de cambias,

esta Colónia venha agravar a situação exigindo que lhe seja entregue 50% em moeda estrangeira das poucas exportações que Cabo Verde faz. Já há exemplo das casas estrangeiras recusarem mandar mercadorias para cá, porque o Banco recebe as letras que mandam a cobrança, em moeda escudosa e fica aqui depositado para quando apparecerem cambias!!!

Urge que o actual Senhor Governador tome as necessárias e urgentes providencias para que a colónia receba os seus rendimentos na moeda em que o é effectuado na Metrópole, e, aproveitar a ocasião para pedir ao Governo que nos entregue os 25% que faltam da receita proveniente das taxas de trânsito e terminais dos telegramas. Com muito custo conseguí que o Parlamento votasse para que fosse entregue à colónia 50% desse rendimento, mais tarde, sendo Ministro das Colónias o senhor Baccalar Bebbiano, consignaram mais 25% para Cabo Verde, e, reconhecendo a razão que a administração dos Correios e Telégrafos em Lisboa, está indevidamente a receber um rendimento que lhe não pertence, fácil será conseguir-se os 25%, e que esse rendimento nos seja pago em ouro.

Se tal não for conseguido sem demoras, e já não é sem tempo, accentuar-se-há a diminuição da importação por falta de moeda para pagamento, o crédito comercial da colónia mais se abalará, pela recusa dos fornecedores em venderem para uma terra que não pode pagar, as receitas publicas muito se sentirão, não falando da desorganização que tal estado de coisas origina.

Assunto importante, a que está ligada a vida económica da Provincia, não duvido de que o Senhor Governador, que tanto desejo tem manifestado de fazer um governo á altura do seu caracter e intelligencia, vai pugnar pela sua pronta resolução, corno como é, que só depende da realização do meio suggerido.

Para exemplos - e funestos exemplos - basta-nos Angola e Guiné. Também temos as cambias de exportação do sal, que os exportadores são obrigados a entregar ao Governo da Metrópole. Não faz sentido que estando a Colónia de Cabo Verde a lutar com falta de cambias,

esta Colónia venha agravar a situação exigindo que lhe seja entregue 50% em moeda estrangeira das poucas exportações que Cabo Verde faz. Já há exemplo das casas estrangeiras recusarem mandar mercadorias para cá, porque o Banco recebe as letras que mandam a cobrança, em moeda escudosa e fica aqui depositado para quando apparecerem cambias!!!

Urge que o actual Senhor Governador tome as necessárias e urgentes providencias para que a colónia receba os seus rendimentos na moeda em que o é effectuado na Metrópole, e, aproveitar a ocasião para pedir ao Governo que nos entregue os 25% que faltam da receita proveniente das taxas de trânsito e terminais dos telegramas. Com muito custo conseguí que o Parlamento votasse para que fosse entregue à colónia 50% desse rendimento, mais tarde, sendo Ministro das Colónias o senhor Baccalar Bebbiano, consignaram mais 25% para Cabo Verde, e, reconhecendo a razão que a administração dos Correios e Telégrafos em Lisboa, está indevidamente a receber um rendimento que lhe não pertence, fácil será conseguir-se os 25%, e que esse rendimento nos seja pago em ouro.

Se tal não for conseguido sem demoras, e já não é sem tempo, accentuar-se-há a diminuição da importação por falta de moeda para pagamento, o crédito comercial da colónia mais se abalará, pela recusa dos fornecedores em venderem para uma terra que não pode pagar, as receitas publicas muito se sentirão, não falando da desorganização que tal estado de coisas origina.

## Valorização Económica (Continuação)

cia como a necessidade de auxiliar o progresso da Colónia, visto que o desenvolvimento industrial será proporcional ás facilidades na importação das matérias primas que Cabo Verde não produz.

Semelhante orientação, tal critério, vêm corroborar, com factos inludíveis, as palavras promissoras de S. Ex.ª o Governador, proferidas em S. Vicente, quando das suas clareas e categoricas afirmações, respeitantes ao ressurgimento do Arquipélago. Sentimos, por isso, bem intensamente, a urgencia de se fundar n'um bém na Provincia o Banco do Fomento Colonial, como aliás, accentuou as suas vantagens o artigo publicado no *Noticias*, sob o titulo *Ressurgimento Económico*.

Cabo Verde é uma colónia de ordem inalterável, calma injevel e prudencia modular, razão, talvez, por que, na Metrópole, pouco se ouvem os seus clamores e mal se lembram das suas legitimas pretensões. Haja em vista os restes dos 25% que, das taxas telegráficas, que, de justiça, lhe pertence.

Mas não deve ser assim. Importa seguir outro rumo, de equidade e de nobreza.

*Nos quoque gens sumus.* Sim, tambem somos gente, nos gens cordata, pacifica e patriótica: que se orgulha vivamente, com os triunfos da Patria; que se entristece, sinceramente, com os infortúnios do País; que não perturba o ritmo nacional, nos seus movimentos de expansão e de grandezza; que se enterneca, legitimamente, na frondeada árvore de libertação, e celebra os descobrimentos da colónia.

Além disso, para beneficiar o Arquipélago, Portugal não precisa de abalar a segurança das finanças metropolitanas. Basta que nos destine os elementos de vitalidade e de trabalho do sal, que os exportadores são obrigados a entregar ao Governo da Metrópole. Não faz sentido que estando a Colónia de Cabo Verde a lutar com falta de cambias,

esta Colónia venha agravar a situação exigindo que lhe seja entregue 50% em moeda estrangeira das poucas exportações que Cabo Verde faz. Já há exemplo das casas estrangeiras recusarem mandar mercadorias para cá, porque o Banco recebe as letras que mandam a cobrança, em moeda escudosa e fica aqui depositado para quando apparecerem cambias!!!

Urge que o actual Senhor Governador tome as necessárias e urgentes providencias para que a colónia receba os seus rendimentos na moeda em que o é effectuado na Metrópole, e, aproveitar a ocasião para pedir ao Governo que nos entregue os 25% que faltam da receita proveniente das taxas de trânsito e terminais dos telegramas. Com muito custo conseguí que o Parlamento votasse para que fosse entregue à colónia 50% desse rendimento, mais tarde, sendo Ministro das Colónias o senhor Baccalar Bebbiano, consignaram mais 25% para Cabo Verde, e, reconhecendo a razão que a administração dos Correios e Telégrafos em Lisboa, está indevidamente a receber um rendimento que lhe não pertence, fácil será conseguir-se os 25%, e que esse rendimento nos seja pago em ouro.

Se tal não for conseguido sem demoras, e já não é sem tempo, accentuar-se-há a diminuição da importação por falta de moeda para pagamento, o crédito comercial da colónia mais se abalará, pela recusa dos fornecedores em venderem para uma terra que não pode pagar, as receitas publicas muito se sentirão, não falando da desorganização que tal estado de coisas origina.

Assunto importante, a que está ligada a vida económica da Provincia, não duvido de que o Senhor Governador, que tanto desejo tem manifestado de fazer um governo á altura do seu caracter e intelligencia, vai pugnar pela sua pronta resolução, corno como é, que só depende da realização do meio suggerido.

Para exemplos - e funestos exemplos - basta-nos Angola e Guiné. Também temos as cambias de exportação do sal, que os exportadores são obrigados a entregar ao Governo da Metrópole. Não faz sentido que estando a Colónia de Cabo Verde a lutar com falta de cambias,

esta Colónia venha agravar a situação exigindo que lhe seja entregue 50% em moeda estrangeira das poucas exportações que Cabo Verde faz. Já há exemplo das casas estrangeiras recusarem mandar mercadorias para cá, porque o Banco recebe as letras que mandam a cobrança, em moeda escudosa e fica aqui depositado para quando apparecerem cambias!!!

Urge que o actual Senhor Governador tome as necessárias e urgentes providencias para que a colónia receba os seus rendimentos na moeda em que o é effectuado na Metrópole, e, aproveitar a ocasião para pedir ao Governo que nos entregue os 25% que faltam da receita proveniente das taxas de trânsito e terminais dos telegramas. Com muito custo conseguí que o Parlamento votasse para que fosse entregue à colónia 50% desse rendimento, mais tarde, sendo Ministro das Colónias o senhor Baccalar Bebbiano, consignaram mais 25% para Cabo Verde, e, reconhecendo a razão que a administração dos Correios e Telégrafos em Lisboa, está indevidamente a receber um rendimento que lhe não pertence, fácil será conseguir-se os 25%, e que esse rendimento nos seja pago em ouro.

Se tal não for conseguido sem demoras, e já não é sem tempo, accentuar-se-há a diminuição da importação por falta de moeda para pagamento, o crédito comercial da colónia mais se abalará, pela recusa dos fornecedores em venderem para uma terra que não pode pagar, as receitas publicas muito se sentirão, não falando da desorganização que tal estado de coisas origina.

## DE NÓS O Boletim da Agência Geral das Colónias, dirigida pelo Sr. Dr. Armando Cortezão, a honra de transcrever, quasi na integra, o nosso editorial "Um Decreto Notável", publicado em n.º 2 do *Noticias*.

Agradecemos a gentileza da transcrição de pedras de alvenaria do fabrico da cal e pedras mais. Graça, por isso, os habitantes do Alentejo acusados de avessos a iniciativas uteis, que, em boa verdade, não têm sido suficientemente estimuladas por quem o pode e deve fazer.

A estreiteza e a pobreza do meio caboverdeano, a contingencia das chuvas irregulares, a escassez e a carencia do numerário e outros factores contrários opõem-se, por vezes, tenazmente, a que os individuos, com animo empreendedor, se atreva a afrontar a rotina dominante. Entretanto, os caboverdeanos e os metropolitanos mais progressivos, residentes no Arquipélago, ansiam pelo engrandecimento deste território, que é de todas nos, lamentando que circunstancias adversamente pedozas impeçam a realização de quanto asiamos a effectivar, de proveitoso, para as nossas ilhas.

Por isso, não obstante as dificuldades que surgem, os atrevidos que se atreva a afrontar a rotina, os fessos da estagnação.

Em 1921, por suggestão da Comissão Municipal do então, presidida pelo Comandante H. Owen Pinto, abalancouse a firma Bonucci & Leça a melhorar o meio, que representando uma grande coragem, se effectivou em 1927, durante a gerencia administrativa da Câmara a que presidia o coronel-médico Dr. Francisco Augusto Legal. Utilizando a respectiva Central, os concessionários instalaram um frigorífico e uma fabrica de moagem, que, ao que nos dizem, espeta a oportunidade para produzir os seus frutos.

No ano de 1929, a firma M. Ribeiro de Almeida, Lda., arrojadamente empreendeu e realizou a fundação e uma fabrica de sabão e extracção de óleos. Estes productos são obtidos, respectivamente, sob a direcção de um técnico competente, Sr. Pio Silva, e de um dos proprietários, Sr. Manuel Ribeiro de Almeida, a cujo iniciativa e energia se deve, principalmente, esta instalação.

Está funcionando, há tempos, em actividade, uma fabrica de bolas chás da firma José de Matos, Lda., que, antes, já tinha montado uma casa de moagem. Os respectivos produtos têm agradado, justamente, á sua clientela.

Em 1930, o engenheiro A. Guimarães Esteves fundou uma carpintaria mecânica na cidade. A rapidez de execução das obras encomendadas e as boas condições do trabalho e o preço favorecem e recomendam o estabelecimento, que, assim, se torna de reconhecida utilidade pratica.

No ano de 1931, montou o cidadão Ernesto Ramos Evara uma pequena instalação para o fabrico de lã de cimento, que nos informam terem prestado bom e economico serviço, nessa especialidade, facilitando o trabalho de quem se atreva a pretender possuir.

Ultimamente, entrou em lousado acção, no Mindelo, uma tipografia, destinada á composição de todos os artigos correlativos e á publicação do periódico que serve de veiculo a estas modestas considerações.

Tais resultados e outros mais, he evidenciam um desusado vigor da vida local e de progresso insólito, merecem, indiscutivelmente, apoio e incentivo. Não só para sua conveniente prosperidade e justa compensação, senão também para estimular, poder da alavanca, de outras iniciativas industriais, que, ali, com os ramos já enecados, poderão vir a concorrer para a elevação do nível social e económico do ambiente e melhoria das finanças de Cabo Verde.

Assim, não podemos deixar de fazer a homenagem a determinados productos, a propósito do estabelecimento da fabrica de sabão e extracção de óleos, da firma M. Ribeiro de Almeida, Lda., reconhecida não só a convenien-

cia, mas a utilidade da mesma, para a industria local, e a economia e progresso do arquipélago.

Augusto Miranda

## VALORIZAÇÃO ECONÓMICA

Há dois lustros que a actividade da ilha de S. Vicente, com relação ás industrias locais, se reduzia aos ramos rudimentares da pesca, da extracção de pedras de alvenaria do fabrico da cal e pedras mais. Graça, por isso, os habitantes do Alentejo acusados de avessos a iniciativas uteis, que, em boa verdade, não têm sido suficientemente estimuladas por quem o pode e deve fazer.

A estreiteza e a pobreza do meio caboverdeano, a contingencia das chuvas irregulares, a escassez e a carencia do numerário e outros factores contrários opõem-se, por vezes, tenazmente, a que os individuos, com animo empreendedor, se atreva a afrontar a rotina dominante. Entretanto, os caboverdeanos e os metropolitanos mais progressivos, residentes no Arquipélago, ansiam pelo engrandecimento deste território, que é de todas nos, lamentando que circunstancias adversamente pedozas impeçam a realização de quanto asiamos a effectivar, de proveitoso, para as nossas ilhas.

Por isso, não obstante as dificuldades que surgem, os atrevidos que se atreva a afrontar a rotina, os fessos da estagnação.

Em 1921, por suggestão da Comissão Municipal do então, presidida pelo Comandante H. Owen Pinto, abalancouse a firma Bonucci & Leça a melhorar o meio, que representando uma grande coragem, se effectivou em 1927, durante a gerencia administrativa da Câmara a que presidia o coronel-médico Dr. Francisco Augusto Legal. Utilizando a respectiva Central, os concessionários instalaram um frigorífico e uma fabrica de moagem, que, ao que nos dizem, espeta a oportunidade para produzir os seus frutos.

No ano de 1929, a firma M. Ribeiro de Almeida, Lda., arrojadamente empreendeu e realizou a fundação e uma fabrica de sabão e extracção de óleos. Estes productos são obtidos, respectivamente, sob a direcção de um técnico competente, Sr. Pio Silva, e de um dos proprietários, Sr. Manuel Ribeiro de Almeida, a cujo iniciativa e energia se deve, principalmente, esta instalação.

Está funcionando, há tempos, em actividade, uma fabrica de bolas chás da firma José de Matos, Lda., que, antes, já tinha montado uma casa de moagem. Os respectivos produtos têm agradado, justamente, á sua clientela.

Em 1930, o engenheiro A. Guimarães Esteves fundou uma carpintaria mecânica na cidade. A rapidez de execução das obras encomendadas e as boas condições do trabalho e o preço favorecem e recomendam o estabelecimento, que, assim, se torna de reconhecida utilidade pratica.

No ano de 1931, montou o cidadão Ernesto Ramos Evara uma pequena instalação para o fabrico de lã de cimento, que nos informam terem prestado bom e economico serviço, nessa especialidade, facilitando o trabalho de quem se atreva a pretender possuir.

Ultimamente, entrou em lousado acção, no Mindelo, uma tipografia, destinada á composição de todos os artigos correlativos e á publicação do periódico que serve de veiculo a estas modestas considerações.

Tais resultados e outros mais, he evidenciam um desusado vigor da vida local e de progresso insólito, merecem, indiscutivelmente, apoio e incentivo. Não só para sua conveniente prosperidade e justa compensação, senão também para estimular, poder da alavanca, de outras iniciativas industriais, que, ali, com os ramos já enecados, poderão vir a concorrer para a elevação do nível social e económico do ambiente e melhoria das finanças de Cabo Verde.

Assim, não podemos deixar de fazer a homenagem a determinados productos, a propósito do estabelecimento da fabrica de sabão e extracção de óleos, da firma M. Ribeiro de Almeida, Lda., reconhecida não só a convenien-

cia, mas a utilidade da mesma, para a industria local, e a economia e progresso do arquipélago.

Augusto Miranda

## NESTE momento, opera, infelizmente, nos sertões do Brasil, um bando da peor espécie, exercendo violencias inauditas, roubos inteiros, incêndios pavorosos, depredações horribes e toda a sorte de perverdades de um inqualificavel celevrardo.

Dá pela alcunha de "o Impeio". Para apagar essa chama devastadora das aldeias setenais da Terra de Santa Cruz, seria precisa a formação de uma columna de militares, cujas despesas importariam, diz o Governo brasileiro, um soma igual á que custou a guerra contra o Paraguai!

Quanto vale um principe do mal?

SENTE-SE um velho, com a cabeça encanada, a olhar para a terra, e a dizer: *Proprietario de uma obra de arte na arborização da ilha de S. Vicente.*

Em 1921, por suggestão da Comissão Municipal do então, presidida pelo Comandante H. Owen Pinto, abalancouse a firma Bonucci & Leça a melhorar o meio, que representando uma grande coragem, se effectivou em 1927, durante a gerencia administrativa da Câmara a que presidia o coronel-médico Dr. Francisco Augusto Legal. Utilizando a respectiva Central, os concessionários instalaram um frigorífico e uma fabrica de moagem, que, ao que nos dizem, espeta a oportunidade para produzir os seus frutos.

No ano de 1929, a firma M. Ribeiro de Almeida, Lda., arrojadamente empreendeu e realizou a fundação e uma fabrica de sabão e extracção de óleos. Estes productos são obtidos, respectivamente, sob a direcção de um técnico competente, Sr. Pio Silva, e de um dos proprietários, Sr. Manuel Ribeiro de Almeida, a cujo iniciativa e energia se deve, principalmente, esta instalação.

Está funcionando, há tempos, em actividade, uma fabrica de bolas chás da firma José de Matos, Lda., que, antes, já tinha montado uma casa de moagem. Os respectivos produtos têm agradado, justamente, á sua clientela.

Em 1930, o engenheiro A. Guimarães Esteves fundou uma carpintaria mecânica na cidade. A rapidez de execução das obras encomendadas e as boas condições do trabalho e o preço favorecem e recomendam o estabelecimento, que, assim, se torna de reconhecida utilidade pratica.

No ano de 1931, montou o cidadão Ernesto Ramos Evara uma pequena instalação para o fabrico de lã de cimento, que nos informam terem prestado bom e economico serviço, nessa especialidade, facilitando o trabalho de quem se atreva a pretender possuir.

Ultimamente, entrou em lousado acção, no Mindelo, uma tipografia, destinada á composição de todos os artigos correlativos e á publicação do periódico que serve de veiculo a estas modestas considerações.

Tais resultados e outros mais, he evidenciam um desusado vigor da vida local e de progresso insólito, merecem, indiscutivelmente, apoio e incentivo. Não só para sua conveniente prosperidade e justa compensação, senão também para estimular, poder da alavanca, de outras iniciativas industriais, que, ali, com os ramos já enecados, poderão vir a concorrer para a elevação do nível social e económico do ambiente e melhoria das finanças de Cabo Verde.

Assim, não podemos deixar de fazer a homenagem a determinados productos, a propósito do estabelecimento da fabrica de sabão e extracção de óleos, da firma M. Ribeiro de Almeida, Lda., reconhecida não só a convenien-